

CONTRATO N.º 71/2024

RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DO SOFTWARE MICROSOFT 365 A3 PARA O CAMPUS IPB

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, com sede no Campus de Santa Apolónia, titular do Cartão de Pessoa Coletiva n.º 600013758, representado pelo Senhor Professor Doutor **ALBANO AGOSTINHO GOMES ALVES**, que outorga na qualidade de Vice-Presidente do referido Instituto, nos termos da competência delegada no Despacho n.º 6708/2023, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 119, de 21 de junho de 2023;

E,

SEGUNDO OUTORGANTE: CLARANET II SOLUTIONS, S.A., pessoa coletiva n.º 510728189, com sede em Rua António Nicolau D'Almeida, n.º 45 - 4º, 4100-320 Porto, representada por **ANTÓNIO MIGUEL CAETANO FERREIRA**, [REDACTED], que outorga na qualidade de representante legal, com poderes para representar e obrigar a sociedade, conforme consulta efetuada à Certidão Permanente, com o código de acesso n.º [REDACTED], anexa ao procedimento e consultada à data de assinatura do contrato.

Considerando que:

- Por despacho de 05/08/2024, do Sr. Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, exarado na informação de abertura n.º 102/ECN/2024, foi aprovada a abertura do procedimento por Consulta Prévia n.º 49/CPRB/2024, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 20.º, do Dec. Lei 18 de 2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a "Renovação do Licenciamento do Software Microsoft 365 A3 para o Campus do IPB".
- Foi proferido despacho de adjudicação e aprovação da minuta do Contrato, pelo Vice-Presidente do IPB, Prof. Albano Agostinho Gomes Alves, datado de 21/08/2023, exarado na Informação 108/ECN/2023;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

O presente contrato tem por objeto principal a "**Renovação do Licenciamento do Software Microsoft 365 A3 para o Campus do IPB**" nos termos e condições definidas no Caderno de Encargos, na proposta do segundo outorgante e restantes documentos que fazem parte integrante deste contrato.

Cláusula Segunda

Preço contratual

Pela aquisição do objeto do contrato, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o montante **67.439,32€ (Sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove**

euros e trinta e dois cêntimos), ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se o mesmo for legalmente devido.

Cláusula Terceira **Condições de pagamento**

1. O Segundo Outorgante obriga-se a emitir a fatura, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - N.º do Compromisso ou de Nota de encomenda, a emitir pela Seção de Econmato do IPB;
 - A descrição dos bens serviços prestados;
 - Endereço da entidade contratante;
2. As faturas deverão ser pagas no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a receção, pelo Primeiro Outorgante, das respetivas faturas ou documento equivalente, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Ao abrigo do art.º 299.º-B do CCP, o segundo outorgante deverá emitir faturas eletrónicas.
4. As faturas eletrónicas deverão ser transacionadas através do prestador de serviços de faturação eletrónica do IPB.

Cláusula Quarta **Penalidades Contratuais**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Politécnico de Bragança pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos previsto no Caderno de Encargos.

Cláusula Quinta **Prémios por cumprimento antecipado**

Por antecipação do cumprimento do contrato não há lugar ao pagamento de qualquer prémio.

Cláusula Sexta **Prazo de execução e Duração do Contrato**

1. O Segundo Outorgante obriga-se realizar o licenciamento objeto de contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, após a assinatura do presente contrato.
2. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **1 (um) ano**, desde a data da sua assinatura, com início previsto a 01/09/2024, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula Sétima **Ajustamentos aceites pelo adjudicatário**

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos.

Cláusula Oitava **Prestação de caução e regime de liberação**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula Décima Quarta **Dever de Sigilo**

1. O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IPB, que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. Deve igualmente ser garantido sigilo profissional, nos termos dos artigos 45º, 102º e 106º da Lei nº 102/09, de 10 de setembro, na sua redação atualizada.

Cláusula Décima Quinta **Proteção de dados pessoais**

1. Os dados pessoais a que o Segundo Outorgante tenha acesso ao abrigo do presente contrato ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Outorgante ao abrigo do mesmo, serão tratados exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins delimitados pelo objeto contratual e de acordo com as instruções do Primeiro Outorgante no que diz respeito à recolha, acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir rigorosamente a conformidade dos processos com a legislação portuguesa e internacional em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente a:
 - a) Observar, se for caso disso, os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - b) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas na presente Cláusula;
 - c) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Outorgante de forma adequada, pertinente e exclusivamente para alcançar os objetivos, finalidades e efeitos do presente contrato tendo em conta a sua natureza, não podendo durante a execução do mesmo nem posteriormente ser acedidos nem tratados de forma incompatível com tais finalidades;
 - d) Manter o Primeiro Outorgante informado em relação ao tratamento de dados pessoais;
 - e) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Primeiro Outorgante esteja vinculado desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - f) Tratar os dados pessoais de forma adequada a garantir a sua segurança;
 - g) Assegurar que os dados pessoais sejam conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período considerado necessário e

proporcional às finalidades para as quais foram recolhidos ou tratados, finalidades específicas que deverão ser explícitas e legítimas e ser determinadas aquando da recolha dos dados pessoais;

- h) Conservar um registo de todas as atividades de tratamento sob a sua responsabilidade;
- i) Criar, implementar e pôr em prática um sistema eficaz que contemple todas as medidas de segurança adequadas, técnicas ou organizativas, contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, dano, alteração, divulgação ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados pessoais;
- j) Controlar periodicamente as medidas de segurança mediante testes tendentes a avaliar se os controlos são efetivos perante possíveis ataques, erros ou descuidos quer sejam internos ou externos;
- k) Notificar imediatamente o Primeiro Outorgante após ter conhecimento de uma violação de dados pessoais ou qualquer outra situação que possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção e tratamento de dados pessoais.

3. O Segundo Outorgante obriga-se, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Primeiro Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no seu âmbito ou por causa dele.

4. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados no âmbito da execução do Contrato por causas imputáveis ao Primeiro Outorgante, este obriga-se a adotar as medidas que forem necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para o Primeiro Outorgante.

5. As políticas de proteção de dados pessoais do Primeiro Outorgante estão disponíveis em: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/ipb/quem-somos/proteccao-de-dados/politicas>, sendo que o Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de e-mail protecao.dados@ipb.pt.

Cláusula Décima Sexta **Comunicações e notificações**

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula Décima Sétima **Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Oitava **Legislação aplicável**

Em tudo aquilo não expressamente previsto neste título contratual aplicar-se-ão as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e restante legislação aplicável.

Este contrato está escrito em seis folhas de papel de formato A4, sendo assinado pelas partes.

Bragança, 26 de agosto de 2024

PRIMEIRO OUTORGANTE

Assinado por: **ALBANO AGOSTINHO GOMES ALVES**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.08.27 18:17:08 +0100
Certificado por: **Diário da República**
Atributos certificados: **Vice-Presidente - Instituto Politécnico de Bragança**

Albano Agostinho Gomes Alves

SEGUNDO OUTORGANTE

ANTONIO Digitally signed
by ANTONIO
MIGUEL MIGUEL
CAETANO CAETANO
FERREIRA FERREIRA
Date:
2024.08.26
12:33:47
+01'00'

António Miguel Caetano Ferreira